

LEI N.º 2018, de 08 de agosto de 2000.

**CRIA O CONSELHO
COMUNITÁRIO DE
SEGURANÇA PÚBLICA DE
VERA CRUZ E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

HEITOR ÁLVARO PETRY, Prefeito Municipal de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento ao disposto nos incisos III e IV do artigo 47, da Lei Orgânica, que o Poder Legislativo aprovou, e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Vera Cruz, que terá a seguinte constituição:

- a- Um (1) representante do Poder Executivo Municipal;
- b- Um (1) representante do Poder Legislativo Municipal;
- c- Um (1) representante do Ministério Público na Comarca de Vera Cruz;
- d- Um (1) representante da Polícia Civil;
- e- Um (1) representante da Brigada Militar;
- f- Um (1) representante do CONSEPRO de Vera Cruz;
- g- Um (1) representante da Associação Comercial e Industrial de Vera Cruz;
- h- Um (1) representante dos Clubes de Serviço de Vera Cruz;
- i- Cinco (5) representantes comunitários escolhidos entre os presidentes de associações de bairros, distritos ou comunidades ecumênicas, eleitos pelos demais.

§ 1º - Os representantes terão seus respectivos suplentes, indicados previamente, sendo que no caso dos representantes comunitários os mesmos deverão ser indicados de acordo com a ordem de votação recebida.

§ 2º - No caso de não haverem representantes comunitários interessados em integrar o CeComSP, serão os mesmos com seus suplentes indicados pela Associação de Bairros.

§ 3º - O suplente do representante do Ministério Público poderá ser indicado pelo mesmo dentre os servidores do Poder Judiciário da Comarca de Vera Cruz.

Art. 2º - O Conselho Comunitário de Segurança Pública deverá escolher, entre seus membros, um Presidente e um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário, um Relator e um Sub-Relator.

Parágrafo Único. Os representantes comunitários terão mandato fixado em dois anos, possibilitando uma recondução.

Art. 3º - O mandato dos membros do Conselho Comunitário de Segurança Pública será gratuito e considerado de grande relevância para o Município.

Art.4º - Ao Conselho Comunitário de Segurança Pública caberá receber e encaminhar críticas, sugestões, reclamações, estabelecer demandas de segurança, que devem ser colocadas aos responsáveis pelos órgãos policiais locais, bem como provocar campanhas sociais de prevenção e combate ao uso das drogas, efetuando debates sobre assuntos correlatos.

§ 1º - O Conselho Comunitário de Segurança Pública poderá receber denúncias efetuadas contra órgãos policiais, devidamente formalizadas, e encaminha-las aos setores competentes.

§ 2º- Ao Conselho Comunitário de Segurança Pública caberá elaborar regimento interno de funcionamento no prazo de seis meses após a promulgação desta Lei, remetendo-o ao Poder Executivo Municipal para a publicação na forma de Decreto.

Art. 5º - Serão atributos necessários do Conselho Comunitário de Segurança Pública:

- a- Paridade de votos entre os conselheiros
- b- Votação secreta do Presidente e Relator pelos demais Conselheiros;
- c- Afastamento do conselheiro que for concorrer a cargo eletivo, no prazo estabelecido pela legislação eleitoral;
- d- Não ingerência na decisão técnica dos encarregados da Segurança Pública no Município de Vera Cruz.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de rubricas consignadas na Lei de Orçamento.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Vera Cruz, 08 de agosto de 2000.

HEITOR ÁLVARO PETRY
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria da Administração, 08 de agosto de 2000.

ÁLVARO ALVINO WERNER, Secretário.